



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Coordenadoria de Trabalho Social - CTS

Rua São Bento 405, 7º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01010-000
Telefone: 3322-4614

Notificação

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor de ZEIS 1 e 3 - Paraisópolis.

Às 14h00 do dia 13 de novembro de 2025, realizou-se uma reunião com os Conselhos Gestores de Paraisópolis, convocada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), com apoio da empresa Diagonal, com o intuito de apresentar e discutir as pautas anteriormente solicitadas pelos membros do Conselho.

A reunião teve início com a presença dos conselheiros, lideranças comunitárias, equipe técnica da Diagonal, representantes da SEHAB e demais participantes convidados.

A técnica da Diagonal informou, no início da reunião, que o encontro seria gravado para fins de registro e documentação oficial. Todos foram consultados e concordaram.

Informes Iniciais

A representante da equipe da Diagonal comunicou que, conforme calendário previamente acordado, as reuniões do Conselho ocorrem alternadamente como: mês com reunião ordinária, e mês com atividade de capacitação dos conselheiros.

Foi informado que, devido às demandas de final de ano, a reunião prevista para 11 de dezembro precisaria ser antecipada para 10 de dezembro, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. Foi informado também que a publicação da nova composição do Conselho está em trâmite no Gabinete da SEHAB e que novas atualizações serão repassadas assim que houver publicação oficial.

Em seguida, foram mencionadas algumas dúvidas apresentadas pelos participantes em relação aos temas pautados. Foi destacado que determinadas questões não puderam ser respondidas anteriormente não por falta de interesse da equipe, mas devido à ausência do responsável técnico indicado para tratar de assuntos referentes às obras.

Para apoio nas discussões sobre o Programa Pode Entrar, foi apresentada a técnica Adriana de DTS, que também acompanha demandas relacionadas ao tema.

Registrou-se a presença de participantes novos na reunião. A equipe informou que compreende que alguns deles foram convidados para tratar especificamente sobre os comércios localizados na área do estacionamento em que houve uma remoção realizada pela subprefeitura do campo limpo, e que a técnica DTS realizaria uma fala inicial sobre o assunto.

Ressaltou-se que a pauta do dia envolve temas distintos — Programa Pode Entrar e

questões de obras do entorno — e que seria importante esclarecer esses pontos previamente, considerando que nem todas as pessoas presentes necessariamente permaneceriam para toda a reunião.

O integrante do conselho reforçou a importância de que todos os presentes permanecessem, ainda que de forma breve, para que tivessem conhecimento do andamento das tratativas e prioridades estabelecidas.

Em relação ao processo de remoção das famílias, a técnica de DTS Ressaltou-se que não houve prévia comunicação à equipe técnica de Sehab sobre a ação executada na semana passada e que, diante disso, foram enviados esclarecimentos formais ao Ministério Público. Destacou-se também que a Subprefeitura foi contatada, por meio da servidora Márcia, para que comparecesse à reunião ou enviasse um representante que pudesse prestar os devidos esclarecimentos, porém não houve retorno até o momento.

Registrou-se que a informação recebida mais recentemente é de que Márcia encontra-se em deslocamento e deverá chegar ainda durante esta reunião.

Durante a reunião, foi informado que, caso a servidora Márcia compareça, será possível esclarecer com precisão a situação atual dos processos relacionados à área. Até o momento, não houve confirmação de que novos encaminhamentos tenham sido recebidos, e a equipe permanece aguardando instruções oficiais para dar continuidade às ações.

A técnica explicou que a equipe fica impossibilitada de atuar enquanto não houver comunicado formal da Subprefeitura autorizando o ingresso na área. Reforçou-se a importância de que as famílias guardem comprovantes de residência, fotos, registros e, sempre que possível, filmagens que demonstrem a ocupação dos imóveis antes do desfazimento, destacando que tais materiais podem ser fundamentais para subsidiar atendimentos futuros.

Considerando que a servidora Márcia está a caminho, a equipe optou por suspender temporariamente a discussão sobre esse ponto, a fim de evitar desencontros de informação e garantir coerência no diálogo.

A equipe da construtora também comunicou que buscou plantas e materiais técnicos para apresentar o projeto, caso fosse oportuno antecipar explicações relacionadas ao Programa Pode Entrar enquanto a reunião prosseguia de forma parcial.

Assim, enquanto aguardada a chegada de Márcia, iniciou-se a antecipação de alguns itens da pauta, para otimizar o andamento dos trabalhos.

Na sequência, ao iniciar o ponto de pauta referente ao Programa Pode Entrar, a equipe reforçou que a reunião estava sendo gravada para fins de registro.

Dando continuidade aos trabalhos, foi explicado que, quando a servidora Márcia chegasse, a reunião seria momentaneamente interrompida para que ela pudesse prestar os esclarecimentos necessários, considerando a ansiedade e as incertezas vivenciadas pelos moradores. Destacou-se que todos têm enfrentado diversos sentimentos em razão das ações recentes na região.

A equipe introduziu, então, o ponto de pauta referente ao Programa Pode Entrar. Foi ressaltado que a técnica Adriana, referência do programa, havia sido convidada para explicar o fluxo de trabalho, visto que há muitas dúvidas e angústias acumuladas ao longo dos anos em Paraisópolis em razão do longo processo de urbanização, no qual ainda não se observa a construção de novas unidades habitacionais e tampouco avanços significativos no atendimento às famílias.

A equipe esclareceu que o atendimento habitacional não consiste apenas na

entrega das chaves. Há um cronograma obrigatório de atividades a ser cumprido antes da entrega das unidades, envolvendo acompanhamento social, reuniões e etapas técnicas.

A técnica Adriana iniciaria a explicação sobre o funcionamento do fluxo do Programa Pode Entrar e, posteriormente, os participantes poderiam apresentar dúvidas.

Enquanto a técnica se preparava para apresentar as informações, registrou-se a chegada da servidora Márcia, cuja presença era aguardada para tratar especificamente das ações realizadas no estacionamento e em outros pontos do território.

Após cumprimentos iniciais, Márcia foi convidada a se posicionar para responder às dúvidas. Moradores relataram preocupação com a área conhecida como estacionamento e com a região da Rua Doutor Laerte Setúbal, onde circularam comentários de que remoções semelhantes às ocorridas recentemente poderiam acontecer.

Os presentes solicitaram esclarecimentos sobre:

- desfazimento de estruturas na área do estacionamento;
- situação fundiária da Rua Doutor Laerte Setúbal;
- eventual notificação ou ordem oficial relativa a remoções.

Márcia iniciou sua fala explicando que não havia recebido, até aquele momento, qualquer notificação formal referente à Rua Doutor Laerte Setúbal. Esclareceu que se trata de uma área de propriedade particular, distinta da área pública onde ocorreu o desfazimento anterior.

Informou também que:

- ocupações construídas sobre calçadas não possuem amparo legal para permanência, sendo consideradas irregulares pela legislação;
- calçada é classificada como bem de uso comum do povo, portanto não gera direito à permanência ou indenização;
- situações envolvendo comércio ou estruturas comerciais sobre calçadas seguem a mesma regra, não havendo previsão de atendimento habitacional nesses casos.

Na sequência, retomou-se o debate sobre o desfazimento ocorrido na área do estacionamento e sobre as preocupações manifestadas pelos moradores da Rua Doutor Laerte Setúbal. Alguns presentes relataram ter ouvido que haveria intenção de remover outros trechos do território, o que gerou apreensão geral.

A servidora Márcia reforçou que não existe, até o momento, qualquer comunicação formal determinando novas remoções na Rua Laerte Setúbal. Explicou que:

- parte da área possui características de propriedade particular, o que exige análise jurídica específica;
- outros trechos estão classificados como área pública, onde construções sobre calçadas não geram direito de permanência, conforme legislação municipal.

Márcia esclareceu que o desfazimento anterior decorreu de determinação judicial, relacionada a problemas estruturais no estacionamento, incluindo o afundamento registrado anteriormente, que resultou na queda de veículos. Por se tratar de ordem judicial, explicou que a Prefeitura é obrigada a cumprir as determinações, ainda que não seja a responsável pela emissão da decisão. Durante a discussão, alguns moradores relataram dificuldades na comunicação prévia das ações e afirmaram não terem recebido informações formais. Márcia respondeu que, nos casos de desocupação de área municipal, a equipe de fiscalização realiza as notificações e

comunica os responsáveis. Reafirmou que, quando se trata de decisão judicial, todos os trâmites seguem diretamente o processo legal.

Diante de manifestações mais acaloradas entre alguns participantes, a mediação da reunião interveio, reforçando a necessidade de manter o diálogo respeitoso, considerando que a reunião estava sendo gravada para fins de registro.

Márcia reiterou que:

- qualquer operação futura que envolva fiscalização e eventual necessidade de desocupação será previamente comunicada aos moradores;
- quando houver determinação judicial, a Prefeitura cumpre a ordem, mas busca orientar a população com antecedência;
- a intenção da Subprefeitura é centralizar a comunicação com os moradores em locais de fácil acesso, como a sede da União dos Moradores, o CEU, o G10 ou outro ponto acordado coletivamente, visando facilitar atendimentos e evitar desinformação.

Destacou que o objetivo não é privilegiar uma liderança específica, mas garantir que os moradores tenham um ponto de referência acessível para esclarecimentos, especialmente para quem não tem condições de deslocar-se até a Subprefeitura.

Ressaltou-se também que, em alguns casos, informações incompletas ou incorretas têm circulado em vídeos e grupos de mensagens, gerando preocupações desnecessárias. A servidora reiterou que a equipe técnica deve trabalhar com informações oficiais, evitando boatos.

Márcia explicou ainda que a situação da Rua Laerte Setúbal não é recente, e que orientações anteriores já haviam sido feitas, inclusive sobre riscos estruturais e questionamentos presentes em processos junto ao Ministério Público.

Em seguida, o representante da Subprefeitura do Campo Limpo iniciou sua fala destacando que diversos processos relacionados ao território de Paraisópolis vêm sendo acompanhados há mais de um ano e meio, enfatizando que a região apresenta desafios complexos e que sua atuação é pautada exclusivamente pela legislação. Ressaltou que não possui vínculo com grupos locais ou interesses particulares, mencionando que não compete a ele “tomar partido”, mas sim cumprir o papel público de orientar e informar corretamente a população, sem qualquer benefício pessoal. Pontuou que muitas demandas apresentadas pelos moradores não são de responsabilidade exclusiva da Subprefeitura, ainda que grande parte das questões acabe chegando até ele por estar diariamente no território. Informou que mantém diálogo frequente com diferentes setores da administração pública, incluindo SEHAB, Secretaria e outras instâncias, buscando apoio para encaminhamento das situações identificadas.

Reforçou a importância da parceria entre a Subprefeitura, movimentos locais, lideranças comunitárias e associações, mencionando que o trabalho conjunto com moradores, representantes e lideranças do território tem sido essencial. Destacou, ainda, que algumas situações extrapolam a alçada da Subprefeitura, sendo necessário o encaminhamento a outras áreas competentes.

Sobre o tema do estacionamento, a liderança local representante da união dos moradores, questionou há quanto tempo os ocupantes utilizam o espaço e lembrou que, desde o início, havia ciência de que se tratava de área pública e que, caso houvesse intervenção ou projeto, seria necessária a desocupação. Ressaltou que a área possui histórico de ocupação irregular, com uso comercial sem pagamento de aluguel, o que caracteriza vantagem econômica indevida em área pública.

A técnica da subprefeitura informou que a obra de contenção do talude já foi licitada e homologada, com previsão de início no próximo mês, justificando a urgência diante do risco identificado, especialmente à escola localizada nas proximidades, onde foram constatadas infiltrações significativas.

Esclareceu que, por se tratar de área pública, não há previsão de ressarcimento para ocupações comerciais, uma vez que não há direito de indenização em casos de uso irregular. Complementou que algumas indenizações realizadas em Paraisópolis se referem a áreas consideradas precárias ou com situações específicas, o que não se aplica ao caso do estacionamento.

Reforçou que o projeto em desenvolvimento no local prevê a construção de um complexo habitacional, podendo incluir área comercial regularizada e espaço adequado para estacionamento de moradores, tudo em conformidade com a legislação. Informou que essas definições serão discutidas em reuniões futuras e que não compete a ele decidir sobre o projeto, que ainda passará por tratativas e avaliações técnicas.

Explicou também que ações como notificações e desocupações seguem determinações judiciais e administrativas, com fiscalização contínua. Mencionou que houve 44 mandados de segurança e cinco liminares apresentados no mesmo dia, todos negados pelo juiz, reforçando que há determinação para cumprimento das medidas no local.

durante a discussão, o representante destacou que a população poderia interpretar de forma equivocada a ação da Prefeitura caso não fossem apresentados esclarecimentos. Ressaltou que não se trata de desocupação de área residencial, mas sim de área comercial instalada de forma irregular, na qual havia exploração econômica estimada em valor significativamente elevado. Afirmou que, diante desse cenário, a Prefeitura seria responsabilizada caso não adotasse as medidas legais, podendo ser acusada de omissão, favorecimento indevido ou até mesmo corrupção. Assim, reforçou que sua atuação está restrita ao cumprimento da lei, mesmo reconhecendo a sensibilidade da situação para os comerciantes afetados.

Marcia orientou que, para a construção de alternativas, seria recomendável que os comerciantes e moradores se organizassem para dialogar diretamente com os responsáveis pelos projetos de urbanização, sugerindo a realização de reuniões específicas para avaliar a possibilidade de destinação de uma área dentro de Paraisópolis voltada ao comércio local. Sinalizou que Paraisópolis possui porte populacional equivalente a uma cidade de grande porte, sendo importante que propostas sejam apresentadas de forma estruturada, evitando conflitos internos e construindo encaminhamentos viáveis.

Também foi abordada a atuação do programa Pode Entrar – Entidade, mencionando que existem duas modalidades (pública e privada) e que a área em questão vem sendo pleiteada há anos por diferentes entidades, sem avanço devido ao estado de precariedade e aos riscos identificados. A Subprefeitura esclareceu que apresentou a área à Secretaria de Urbanismo e à SEHAB com o objetivo de evitar novas invasões e viabilizar uma futura intervenção habitacional, enfatizando que essa iniciativa visou ganhar tempo diante da necessidade urgente de atuação.

Os participantes discutiram a possibilidade de apresentação conjunta de projeto alternativo, sugerindo a criação de um complexo que incluía estacionamento em nível inferior, comércio no térreo e unidades habitacionais nos pavimentos superiores, de modo a absorver parte dos comerciantes deslocados. No entanto, o representante da Subprefeitura reforçou que a legislação não permite propor instalação comercial em área pública irregular sem critérios específicos e que eventuais propostas precisam ser formalizadas, protocoladas e avaliadas pelos

órgãos competentes.

Na sequência, moradores manifestaram que há histórico de projetos anteriores apresentados à Prefeitura — inclusive com plantas, maquetes e protocolos — que não avançaram devido à falta de retorno das instâncias técnicas. Apontaram também que muitos comerciantes não regularizam seus cadastros ou licenças, o que compromete suas possibilidades de reivindicação futura. Foi ressaltado que ainda há percepções de desigualdade no tratamento das demandas de Paraisópolis e que a comunidade enfrenta dificuldades estruturais permanentes, como mobilidade urbana, acessibilidade e falta de equipamentos públicos suficientes.

Moradores destacaram ainda a importância de união comunitária na defesa de projetos que beneficiem a população, reforçando que o tema da implantação do metrô permanece central para o desenvolvimento da região e pode gerar impactos positivos significativos no futuro, considerando o aumento previsto do fluxo viário e a demanda por transporte de qualidade.

Outros participantes pontuaram que existe desmobilização e desunião interna entre grupos e entidades locais, o que prejudica o avanço das pautas coletivas. Houve estímulo para que sejam aproveitadas as oportunidades atuais trazidas pelo andamento das ações judiciais, das intervenções do Pode Entrar e da possibilidade de revisão de projetos de ocupação da área.

Por fim, sugeriu-se que os moradores e lideranças busquem o apoio direto da equipe técnica para organização de uma reunião estruturada a fim de apresentar formalmente a proposta comunitária e verificar se existe possibilidade de aproveitamento do esqueleto estrutural existente ao lado da área do projeto Pode Entrar, de forma a integrar demandas comerciais, habitacionais e de infraestrutura.

Em seguida, a representante técnica explicou que a área em questão apresenta complexidade jurídica, envolvendo disputa e ações judiciais em andamento, o que impede a adoção das mesmas estratégias utilizadas em outras áreas. Destacou que, por se tratar de zona crítica, qualquer intervenção inadequada poderia gerar responsabilização administrativa e criminal, tanto para servidores quanto para gestores públicos. Informou que, se a área estivesse livre anteriormente, um projeto poderia ter sido recebido e analisado pela Secretaria de Habitação, mas o cenário atual impede encaminhamentos simples.

A técnica relatou que exerce atividade pericial e, por isso, reforça que a legislação oferece limites rígidos para intervenções em áreas judicializadas. Explicou que, durante anos, o local permaneceu sem ações estruturais, o que resultou em ocupações e atividades comerciais informais. Destacou, entretanto, que esse histórico não pode, por si só, justificar medidas que contrariem a legislação vigente ou beneficiem irregularidades consolidadas.

Afirmou que o programa Pode Entrar – Entidade apresenta vantagens e diferentes possibilidades de implementação, indicando que há diversos terrenos privados à venda na região que poderiam ser objeto de negociação futura, desde que conduzidos por meio de diálogo organizado entre lideranças, associações e comunidade.

Foi reforçado que somente os próprios moradores e comerciantes conhecem profundamente as dinâmicas locais, e que, sem união e articulação coletiva, não há possibilidade de avanço junto à Prefeitura. Indicou que a falta de comunicação clara entre algumas lideranças e o território contribui para conflitos e perda de oportunidades.

Um dos participantes acrescentou que decisões relacionadas a remoções, regularização fundiária e intervenções urbanas devem ser discutidas primeiramente

no território, antes de qualquer movimentação externa. Relatou que, historicamente, muitos acordos foram comunicados aos moradores com antecedência, e que a população não foi surpreendida pelas medidas recentes, uma vez que havia avisos desde anos anteriores de que se tratava de área sujeita a remoção de acordo com futuros projetos.

O participante também mencionou episódios de má condução de processos anteriores, apontando supostos favorecimentos, desalinhamento entre lideranças e secretarias e falta de comunicação eficiente entre a Prefeitura e a comunidade. Relatou insatisfação com situações em que moradores ou comerciantes, em condições de vulnerabilidade, teriam sido expostos ou tratados inadequadamente durante eventos oficiais, reforçando a necessidade de maior respeito institucional.

Outra fala pontuou que, se projetos anteriores — inclusive o apresentado na área próxima ao cemitério — tivessem avançado, parte do problema atual estaria mitigado. Foi destacado que o projeto antigo previa comércio no térreo, estacionamento no pavimento inferior e unidades habitacionais acima, visando atender moradores removidos pelo processo de urbanização. Moradores reforçaram que tal proposta ainda poderia ser considerada como referência, desde que atualizada e protocolada formalmente pelos representantes locais.

Também foi lembrado que parte da via Giovanni Gronchi e regiões adjacentes possuem possibilidades de recuo e adequação que permitiriam intervenções de mobilidade, integração de comércio local e melhorias urbanísticas. Todavia, tais ações dependem de estudos técnicos e decisões articuladas entre SP-Urbanismo, SEHAB, Subprefeitura e comunidade.

Moradores reforçaram a necessidade de maior participação do Secretário Municipal de Habitação nos debates, argumentando que sua ausência recorrente dificulta o alinhamento das informações e o encaminhamento das demandas, principalmente em tratativas que afetam diretamente centenas de famílias e comerciantes.

Representantes comunitários enfatizaram ainda que conselheiros e lideranças possuem legitimidade, pois são eleitos e reconhecidos pelos moradores, e que é fundamental que o poder público dialogue de forma transparente, garantindo que as decisões cheguem à comunidade sem intermediários ou distorções.

Por fim, registrou-se que os participantes demonstraram incômodo com conflitos internos entre lideranças locais, ressaltando que interesses pessoais não podem se sobrepor ao interesse coletivo. Foi reiterado que apenas a união entre conselheiros, moradores, comerciantes e associações permitirá que propostas concretas sejam apresentadas, discutidas e eventualmente incluídas em próximos projetos ou instrumentos urbanísticos.

Na sequência, os participantes reforçaram que o objetivo central é garantir os direitos das famílias e comerciantes, independentemente da situação em que cada um se encontra. Destacou-se que é necessário pensar conjuntamente soluções que considerem a realidade do território e as limitações legais existentes.

Uma liderança comunitária afirmou que é essencial manter o respeito entre os participantes e com o Conselho Gestor, mencionando que o Conselho é um órgão instituído há muitos anos e que representa a comunidade em diversos processos. Ressaltou que, por muito tempo, o poder público não compareceu às reuniões e que a presença atual das equipes técnicas é importante para reconstruir o diálogo com o território.

Foi também mencionado que a política habitacional deve priorizar famílias de baixa renda, destacando que muitas pessoas vivem há décadas na região e dependem dela para garantir sua sobrevivência. Relataram que existem aproximadamente 6

mil famílias recebendo auxílio aluguel, e que o valor considerado insuficiente diante das desigualdades existentes no distrito. Participantes relataram a percepção de injustiça no atendimento e questionaram a proporção entre famílias antigas e novos beneficiários, apontando sensação de vulnerabilidade e insegurança.

Debates intensos ocorreram sobre a permanência de comerciantes em áreas públicas, lembrando que muitos ocupam estes espaços há anos e investiram recursos próprios para construir seus pontos de trabalho. Foi relatado que a permanência ou retirada dessas estruturas afeta diretamente o sustento das famílias. Mencionou-se que a ocupação prolongada dessas áreas ocorreu também pela ausência de fiscalização e de políticas continuadas de ordenamento urbano.

Uma das representantes comunitárias reforçou que, apesar das divergências, é necessário evitar conflitos pessoais, pois o foco são as famílias afetadas. Observou que todos os conselheiros e lideranças possuem conhecimento acumulado sobre o território e que esta experiência deve ser usada de forma coletiva para a construção de soluções. Destacou ainda que diversas tentativas de mapeamento e levantamento de dados foram feitas, mas houve dificuldades devido à ausência de informações organizadas.

A técnica da equipe social reforçou a necessidade de estabelecer um fluxo de comunicação organizado, sugerindo que as lideranças indiquem um ponto de referência — como a União de Moradores — para centralizar demandas e informações. Destacou que muitas questões levantadas exigem continuidade de discussão e que seria pertinente marcar um encontro específico com lideranças e comerciantes para tratar exclusivamente deste tema.

A equipe técnica também ressaltou que o território possui grande quantidade de comerciantes informais que são, igualmente, moradores e dependem economicamente do bairro. Afirmou que seria recomendado criar um Grupo de Trabalho (GT) com conselheiros, comerciantes e representantes da comunidade, para levantamento dos pontos de comércio, identificação das áreas mais críticas e construção de propostas para atendimento conjunto de moradia e atividade econômica.

A técnica explicou que existem diferentes processos judiciais envolvendo áreas como o estacionamento, o talude e a Rua Dr. Laerte Setúbal, sendo que cada um possui restrições específicas. Esclareceu que a equipe dispõe de informações sobre ocupações na área, mas que é necessário atualizar os dados com o apoio da comunidade, pois apenas os moradores possuem conhecimento completo sobre quem ocupa cada ponto.

Foi sugerido que comerciantes organizem um levantamento contendo: identificação dos pontos de comércio; nomes dos responsáveis; fotos; tempo de permanência; localização precisa.

A equipe técnica se disponibilizou a analisar os dados e oferecer orientação urbanística e jurídica, ressaltando que o papel do poder público não é remover arbitrariamente, mas sim construir soluções que respeitem a lei e a realidade das famílias.

Participantes relataram experiências pessoais e dificuldades decorrentes de intervenções anteriores, afirmando que já houve promessas não cumpridas em gestões passadas e que isso gera insegurança. Houve também relatos sobre a demora em processos administrativos e disputas internas que acabam prejudicando o avanço de pautas coletivas.

Foi reforçado que o diálogo precisa ser reconstruído com base em transparência, união e foco nas soluções, evitando que questões políticas ou pessoais interfiram no

andamento das tratativas. A técnica reiterou que está disposta a apoiar a organização das informações e mediação técnica, mas que as decisões e encaminhamentos devem partir da comunidade, das lideranças e dos conselheiros.

Os presentes concordaram que é necessário estruturar um levantamento organizado dos comerciantes e moradores das áreas críticas, além de marcar nova reunião específica para aprofundar as propostas.

Encaminhamentos

Publicação da nova composição do Conselho

- A equipe técnica aguarda posicionamento do Gabinete da SEHAB e informará assim que houver atualização.

Próxima reunião ordinária antecipada

- Reunião será realizada em 10 de dezembro, com pauta a ser enviada previamente.

Criação de Grupo de Trabalho (GT)

- GT reunindo conselheiros, lideranças, comerciantes e equipe técnica para organização de dados e discussão de encaminhamentos sobre comércio, áreas ocupadas e fluxos de atendimento.

- Definição de membros será realizada na próxima reunião.

Levantamento estruturado dos pontos de comércio

- Lideranças e comerciantes iniciarão coleta de informações, com apoio da União de Moradores.

- A Diagonal fornecerá orientação técnica sobre o formato do relatório.

Agenda futura com comerciantes

- Será marcada reunião específica para tratar exclusivamente das demandas de comércio e segurança jurídica.

Reforço do fluxo de comunicação

- A União de Moradores será ponto de referência para organização inicial de dados e dúvidas.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a reunião seguiu para considerações finais e agradecimentos. A técnica reforçou que o diálogo permanecerá aberto e que o trabalho conjunto entre comunidade e poder público é fundamental para assegurar o direito à moradia, à permanência econômica e à urbanização adequada de Paraisópolis.



Denise Vitoria Brito Mesquita Santos
Coordenador(a) II

Em 28/11/2025, às 12:05.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **146862146** e o código CRC **9437A3C6**.
